

T3 Escolha política em favor da agricultura familiar: como evolui a agricultura francesa ?

Gabrielle Simailaud
Francis Charrier
com contribuições do professor

Em 1999, ocorreu um importante movimento de protesto dos agricultores franceses em resposta à decisão norte-americana de sobretaxar produtos típicos franceses. Esta medida norte-americana foi uma retaliação em razão do embargo europeu à importação de carne dos Estados Unidos, por uso de anabolizantes para acelerar a engorda bovina. Este evento se tornou um marco na defesa de uma agricultura alternativa camponesa.

Este movimento pode ser explicado a partir da contestação desde os anos 1980 do produtivismo agrícola. A França conheceu uma profunda mudança de sua agricultura no pós-guerra. Esta modernização da agricultura reduziu as unidades de produção que se equiparam e se integraram fortemente à indústria. Esta mudança da agricultura e da alimentação tendendo à homogeneização das paisagens rurais e a uniformização alimentar provocou o crescimento da defesa de valores associados à agricultura camponesa e à gastronomia de excelência francesa, contra a “mal-bouffe”.

Esta visão em favor de uma via camponesa, contrária ao produtivismo, propõe uma agricultura mas humana com laços forte com o terroir, os agricultores e as tradições culinárias. Em particular, este movimento se opõe a política agrícola comum (PAC) por tornar o agricultor muito dependente, não oferecendo futuro estável e sustentável na profissão.

Quanto aos principais pontos do debate sobre a gestão do fundiário francês, convém mencionar que o fundiário pode ser definido como “o conjunto das relações sociais entre os homens para o acesso e o controle da terra e a gestão dos recursos naturais” (ANTIER & MORUZZI MARQUES,). De fato, o solo é um fator de produção raro e não reproduzível, cujo acesso é permeado por forte competição.

Desde na década de 1960, as SAFERs (Sociétés d’Aménagement Foncier et d’Établissement Rural) são o principal instrumento da gestão dos recursos fundiários na França. Trata-se de sociedades com responsabilidade limitada, sob a supervisão dos Ministérios da Agricultura e das Finanças, sem fins lucrativos, cujo objetivo consiste em garantir o interesse geral no âmbito fundiário. Os conselhos de administração das SAFERs incorporam representantes dos poderes municipais, dos sindicatos de agricultores e dos principais agentes econômicos do setor agrícola.

Ao final da segunda guerra mundial, a agricultura francesa apresentava resultados medíocres, provocando ameaças em termos de segurança alimentar. Essa incapacidade de alimentar a população francesa alimentou a intenção de relançar a produção. Assim, as SAFERs foram criadas para estabilizar o mercado fundiário, tornando-o mais transparente, e para orientar a agricultura francesa com vistas a aumentar sua produtividade a partir da aceleração da modernização agrícola. Para atingir seus objetivos, as SAFERs possuem poderes como estimar o “justo valor” dos bens e das terras agrícolas e comprar terras para em seguida revendê-las (graças à aquisição amigável, ao direito de preempção e à gestão temporária dos recursos fundiários).

Este dispositivo é motivo de grande debate nos dias de hoje. De fato, o desafio é adaptar a gestão do fundiário às mudanças sociopolíticas dos últimos anos. É possível identificar três visões fundamentais distintas neste debate. A primeira corrente é a visão liberal-produtivista, que critica as SAFERs pelo seu modo de funcionamento, notadamente julgado como ineficaz em razão de critérios políticos e de favoritismos injustificáveis. Essa corrente supõe que o livre mercado de terras agrícolas pode conduzir a resultados mais coerentes e adequados do que aqueles produzidos pela ação das SAFERs.

A segunda corrente é a intervencionista-produtivista, que considera a intervenção pública no mercado fundiário como essencial. Essa corrente defende os ideais originais de quando as SAFERs foram concebidas, visando preservar um modelo de agricultura familiar equipado e muito produtivo.

A terceira corrente é a intervencionista-multifuncional, que também estima que a intervenção pública no mercado fundiário é essencial. Porém, a ação pública deve incorporar critérios socioambientais para a tomada de decisão referente à destinação das terras agrícolas a fim de privilegiar a promoção de uma agricultura sustentável.

Enfim, o texto em estudo foi concebido visando discutir uma experiência original com vista a contribuir com o debate brasileiro sobre a questão. De fato, não existe no Brasil dispositivo comparável àquele das SAFERs.

Referências

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo & BLEIL, Susana Inez (2000), “A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses”, in **Estudos sociedade e agricultura**, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 158-177.

ANTIER, Clémentine & MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2011), “Concepções e modelos agrários em concorrência na gestão fundiária na França: questões oportunas para refletir sobre o caso brasileiro”. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 1, pp. 13-20.